



# TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



**Processo nº:** 16.766/11 (1 volume e 4 anexos)

**Apensos nºs:** 112.000.713/11 (2 volumes) e 112.000.816/11 (2 volumes)

**Origem:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

**Assunto:** Prestação de Contas Anual

**Órgão Técnico:** Secretaria de Contas - SECONT

**MP:** Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA

**Sessão:** Pauta nº 41, S.O. nº 4784, de 18.6.2015

**Publicação:** DODF nº 113, de 15.6.2015, pág. 11

**Ementa:** Prestação de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referente ao exercício financeiro de 2010. O CONTROLE INTERNO atestou a regularidade das contas, com ressalvas. NO TRIBUNAL, os PARECERES são DIVERGENTES. A Instrução sugere a audiência dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração. O Sr. Secretário da Secretaria de Contas opina pela audiência apenas dos membros da Diretoria. O Ministério Público acolhe a sugestão da instrução com acréscimo quanto às falhas objeto da audiência. VOTO de acordo com o douto **Parquet**.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas Anual dos Administradores e demais responsáveis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referente ao exercício financeiro de 2010.

2. Os responsáveis pelas contas em análise estão elencados na tabela a seguir:

a) Diretoria:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
José Alves de Melo Junior	Diretor Presidente	1º/1 a 9/7/2010
Celso Roberto machado Pinto	Diretor Presidente	9/7 a 31/12/2010
Nilson Martorelli	Diretor Administrativo	1º/1 a 19/5/2010
Ildeu de Oliveira	Diretor Administrativo	19/5 a 31/12/2010
Maurício Canovas	Diretor de Urbanização	1º/1 a 19/5/2010
Nilson Martorelli	Diretor de Urbanização	19/5 a 9/7/2010
Fauzi Nacfur Júnior	Diretor de Urbanização	9/7 a 31/12/2010
José Alves de Melo Junior	Diretor de Edificações	1º/1 a 19/5/2010
Maurício Canovas	Diretor de Edificações	19/5 a 9/7/2010
Maruska Limade Sousa Holanda	Diretor de Edificações	9/7 a 31/12/2010
Nilson Martorelli	Diretor Financeiro	1º/1 a 19/5/2010
Gilberto Simonassi Corbacho	Diretor Financeiro	19/5 a 9/7/2010
Luis Carlos Carvalho	Diretor Financeiro	9/7 a 31/12/2010

Fonte: Relatório do Organizador das contas (fl. 2\*).

## b) Conselho de Administração:

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Geraldo Ulysses Viana	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
João Batista Padilha Fernandes	Conselheiro	23/8 a 31/12/2010
Reinaldo Correa Moreira	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Arnaldo Augusto Setti	Conselheiro	23/8 a 31/12/2010
José Batista Correa	Conselheiro	1º/1 a 31/3/2010
Saulo de Melo Pedroso	Conselheiro	16/6 a 31/12/2010
José Roberto Soares de Barros	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Antônio Medeiros Sobrinho	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Greice Luzia Lins Shumann Albovernaz	Conselheiro	23/8 a 31/12/2010
José Ricardo Castilho de Souza	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Eliane Fonseca Guimarães de Carvalho	Conselheiro	23/8 a 31/12/2010
Maristela Alarcão Vilela Ribeiro	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Sandra Helena Nascimento de Lima	Conselheiro	23/8 a 31/12/2010
Ramiro Alves da Silva	Conselheiro	1º/1 a 23/8/2010
Flávio Cals Dolabella	Conselheiro	10/9 a 31/12/2010
Carlos Eduardo Gabás	Conselheiro	17/6 a 31/12/2010

Fonte: Relatório do Organizador das contas (fls. 2/3\*).

3. O valor do ativo constante do Balanço Patrimonial acostado à fl. 32 do Processo nº 112.000.713/11 monta em R\$ 358.516.821,96.

4. O Controle Interno atestou a regularidade das contas, com ressalva, conforme Certificado de Auditoria nº 04/12-DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 373 do Processo nº 112.000.713/11).

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO**

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 143/13-SECONT/3ªDICONT (fls. 72/87) analisa a matéria nos termos seguintes:



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S.2



### *“II – DA DOCUMENTAÇÃO DA PCA*

*8. A formalização da prestação de contas atendeu satisfatoriamente às exigências da legislação pertinente, conforme anotado no Papel de Trabalho – PT I (fls. 42/44).*

### *III – DOS PRAZOS DE ENTREGA DA PCA*

*9. Foram observados os prazos de encaminhamento, conforme acompanhamento realizado nestes autos.*

### *IV – ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS REGIMENTAIS*

*10. A verificação das informações que devem compor a PCA consta do papel de trabalho – PT II (fls. 45/46). Da análise conclui-se que as exigências regimentais foram satisfatoriamente atendidas.*

### *V – DO INVENTÁRIO PATRIMONIAL*

*11. O relatório apresentado pela comissão de inventário patrimonial registrou pendências quanto a bens sucateados e não localizados, bem como ressaltou a existência de grupos de trabalhos para realizar o levantamento dos imóveis e a regularização (fls. 236/238\*).*

*12. Não se discorrerá sobre esses pontos nesse momento, visto à análise do subitem 2.2.2.2 do Relatório de Auditoria 4/2012 – DIMAT/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*), feita no item 12 do Papel de Trabalho – PT III (fls. 47/63), sobre as mesmas questões.*

### *VI – DO PRONUNCIAMENTO DAS ENTIDADES DE CONTROLE*

*13. A gestão da Novacap passou pelo crivo da Auditoria Interna e da Secretaria de Transparência e Controle.*

#### *VI.1) Da Auditoria Interna*

*14. Os Auditores Internos emitiram parecer com ressalva, pela falta de registro contábil de 4 (quatro edificações), por entender que a questão reflete no ativo permanente e no resultado do patrimônio líquido (fl. 185\*). Também, no Relatório de Auditoria Interna n.º 002/2011 (fls. 186/215\*), destacou que os mencionados imóveis estão em processo de regularização, bem como recomendou a continuidade desse procedimento (fl. 202\*).*

*15. Apesar de estar em discussão por uma comissão de regularização, tem-se que a matéria influencia no julgamento destas contas, como examinado no item 12 do Papel de Trabalho – PT III (fls. 47/63), na análise do subitem 2.2.2.2 do Relatório de Auditoria 4/2012 – DIMAT/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*).*

#### *VI.2) Da Controladoria*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

16. *Conforme as conclusões apresentadas, durante o exercício de 2010, foram observadas situações que influenciam no julgamento das presentes contas, o que levou à certificação de regularidade com ressalvas, nos termos do Relatório de Auditoria n.º 4/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*), como segue:*

*Em face do exame realizado que o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis e Anexos componentes da Prestação de Contas Anual – Exercício de 2010, dos dirigentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, estão parcialmente demonstradas de acordo com a legislação pertinente e os Princípios Fundamentais de Contabilidade, podendo ser apreciado pelo egrégio Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, contendo as irregularidades nos subitens 2.2.1, 2.2.4, 3.3, 4.1, 4.2, 4.3, 4.4, 4.5, 4.6 e 4.7, as ressalvas nos itens II, 5 e 8 e nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7.1, 2.1.7.2, 2.1.7.3.1, 2.2.1.3, 2.2.2.1, 2.2.2.2, 2.2.3, 3.1 e 3.2, pelo que emitimos o Certificado de Auditoria de Regularidade com Ressalvas.*

17. *Conforme análise constante do Papel de Trabalho – PT III (fls. 47/63), as questões listadas nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7.3.1, 2.2.1, 2.2.4, 2.2.1.3, 2.2.2.1, 2.2.3, 3.1, 3.2, 4.4, 4.5 e itens II, 5 e 8 não devem macular a regularidade destas contas. Não obstante, tem-se como apropriadas as recomendações feitas pelo Controle Interno, no que tange aos subitens 2.1.3, 2.1.4, 2.1.7.3.1 e 3.2.*

18. *As questões tratadas nos subitens 2.1.7.1, 2.1.7.2, 2.2.2.2, 3.3, 4.1, 4.2, 4.3 e 4.6 do Relatório de Auditoria n.º 4/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*), nos termos da análise feita no PT III (fls. 52/68), no momento oportuno, ensejam a aposição de ressalvas, visto que não se revestem de materialidade suficiente para macular a gestão de irregularidade.*

19. *Apesar do art. 15 do Estatuto Social estabelecer que a Novacap é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Colegiada, considerando que as impropriedades indicadas no parágrafo anterior são inerentes à execução direta da gestão, isto é, em nível operacional, tem-se que somente a diretoria responde pelas falhas, não sendo alcançado o mencionado conselho, que atua em nível deliberativo.*

### VII – DOS PROCESSOS COM INFLUÊNCIA NO JULGAMENTO DAS CONTAS

20. *Da consulta realizada em 4/6/2013, no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Corte não se observou situações com decisões definitivas que possam influenciar na apreciação destas contas anuais. Conquanto, no Processo n.º*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

25612/2010<sup>5</sup>, ao analisar o cumprimento da Decisão n.º 130/2013 (fl. 48), por meio da Informação n.º 106/2013 – SECONT/3ª Divisão de Contas, o Corpo Instrutivo constatou que durante o exercício de 2010, a Novacap fez movimentações financeiras mediante cheque administrativo, isto é, a margem do sistema SIGGO, verbis:

### **“MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE CHEQUES ADMINISTRATIVOS IMPEDINDO O ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DA OPERAÇÃO**

67. Os trabalhos de análise das retenções referentes às 4ª e 7ª parcelas, objeto desta Tomada de Contas Especial, expuseram a movimentação financeira por meio de cheques administrativos, nominais à NOVACAP, emitidos pelo PAB NOVACAP do BRB.

68. Na segunda reunião na NOVACAP, no dia 03.06.13, com os senhores José dos Santos e Éder Claudio Rodrigues Barroso, fomos informados que para compreendermos as retenções das 4ª e 7ª parcelas seria necessária a obtenção, pela Companhia, de cópias dos cheques administrativos, nominais à NOVACAP.

69. Nessa ocasião, relataram que, nos exercícios de 2010 e 2011, a NOVACAP adotava solicitações ao BRB para o procedimento de emissão de cheques administrativos, nominais à Companhia, com intuito de evitar riscos de bloqueios judiciais, que eram constantes à época. Além disso, relataram que os cheques administrativos eram depositados na Tesouraria da NOVACAP e, posteriormente, depositados para utilização pela Companhia. Por fim, comentaram que, no fim do exercício, os cheques administrativos eram depositados na conta da NOVACAP para ajustes contábeis e, no início do exercício subsequente, sacados, por meio de outros cheques administrativos, para depósito na Tesouraria da NOVACAP.

70. Em relação às retenções desta TCE, o Sr. Osman Santos Oliveira (substituto do Sr. José dos Santos), na reunião do dia 16.07.13, informou que outro objetivo específico seria utilizar o crédito orçamentário do referido contrato para outras atividades da NOVACAP. Entretanto, essa utilização não foi possível e os valores foram devolvidos à Secretaria de Estado de Fazenda.

71. A movimentação financeira por meio de cheques administrativos não estava de acordo com o art. 61 do Decreto nº 16.098, de 29.11.94, e art. 70 do Decreto nº

<sup>5</sup> TCE para apurar responsabilidades decorrentes de denúncia do SINDSER, em desfavor da NOVACAP por supostas irregularidades no Edital de Concorrência n.º 043/2007-ASCAL/PRES (fl. 47).





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

32.598, de 15.12.10, que entrou em vigor em 01.01.11, que previam:

“Art. 61. O saque para pagamento centralizado ou descentralizado da despesa será efetuado, exclusivamente, por meio da Ordem Bancária - OB, emitida por processamento eletrônico.”

Art. 70. O saque para pagamento centralizado ou descentralizado de despesa será efetuado, exclusivamente, por meio de OB, emitida no SIAC/SIGGo. (grifos nossos)

72. Portanto, a movimentação financeira paralela ao sistema SIGGO constitui-se em inobservância das normas de execução financeira e orçamentária do Distrito Federal. Além disso, configura ausência de transparência e dificulta a fiscalização da execução dos recursos.

73. A ausência de transparência e dificuldade na fiscalização da execução dos recursos refletiu inclusive no prazo dilatado de análise desta Tomada de Contas Especial por parte do Tribunal.

74. Durante a análise das retenções, constatou-se que os cheques administrativos nos 7.339 (fls. 166/166-v) e 7.566 (fl. 74\*\*) referentes, respectivamente, às 4ª e 7ª parcelas foram emitidos (sacados) e depositados nas seguintes datas:

Nº Cheque	Valor	Data de emissão	Data de Depósito
7.339	R\$ 451.591,83	24.12.10	30.12.10
7.566	R\$ 454.857,40	30.05.11	25.08.11

75. Adicionalmente, foram identificados nos extratos do BRB (fls. 111/117-v\*\*), em dezembro de 2010 e janeiro de 2011, a movimentação financeira de vários cheques administrativos.

76. Com base na análise efetuada no PT III (fl. 168), constatou-se que foram sacados, em dezembro de 2010, 14 cheques administrativos que totalizavam R\$ 1.634.860,75. Além disso, o cheque administrativo nº 7.339 (referente à 4ª parcela), que foi depositado em 30.12.10, consta como “depósito em dinheiro” e com Doc “206”. Ressalta-se que, somente no dia 30.12.10, verificou-se que os lançamentos denominados “depósito em dinheiro” e com Doc “206” totalizavam R\$ 4.099.731,06, o que pode indicar o depósito, no fim do exercício, de vários cheques administrativos emitidos durante o exercício, conforme já mencionado anteriormente.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

77. Por meio da análise realizada no PT IV (fl. 169), constatou-se que foram sacados, até o dia 03.01.11, 22 cheques administrativos, que apresentavam subtotal de R\$ 4.274.183,27, e até o final de janeiro, mais 21 cheques administrativos, que totalizando, no mês de janeiro/2011, 43 cheques administrativos no valor de R\$ 5.223.965,78. Destaca-se a relevante soma de cheques administrativos, no dia 03.01.11, que indicam o saque dos valores depositados no fim do exercício anterior, segundo já mencionado.

78. Portanto, conclui-se que o impacto da impropriedade encontrada, movimentação financeira por meio de cheques administrativos, deve ser avaliado no exame das contas dos gestores dos exercícios de 2010 (Processo nº 16.766/2011) e de 2011 (Processo nº 11.548/2012).

79. Ademais, cabe ressaltar que a movimentação financeira a par do SIGGO já havia sido objeto de determinação pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, por meio da Decisão nº 6.336/07, conforme abaixo:

II. determinar à NOVACAP que adote as providências a seguir listadas, cuja efetivação será verificada em futuras PCA's: (...)

m - realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375;

80. A determinação da alínea "m" da Decisão nº 6.336/07, no âmbito do processo nº 1.260/04, PCA 2003 da NOVACAP, vedou o pagamento por meio de Ofício encaminhado ao BRB, isto é, a realização de pagamento diretamente pelo BRB e sem a utilização do SIGGO.

81. Tendo em vista que os fluxos financeiros dos cheques administrativos não podem ser acompanhados pelo sistema SIGGO, a referida movimentação financeira por meio de cheques administrativos poderia constituir espécie do gênero supramencionado, embora não seja descumprimento direto da decisão do Tribunal, já que foram utilizadas Ordens Bancárias.

82. Além disso, pode ser aplicada aos gestores da NOVACAP do período analisado, a multa prevista no inciso II do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, em decorrência da inobservância das normas de execução financeira e



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



*orçamentária do Distrito Federal, conforme consta nos parágrafos 71 e 72 desta instrução.*

83. *Verificamos que as Ordens Bancárias nº 2010OB04609 (fl. 92\*\*) e nº 2011OB01644 (fl. 73\*\*), em face das quais foram emitidos cheques administrativos nº 7.339 (fl. 166) e nº 7.566 (fl. 74\*\*), foram assinadas, respectivamente, pelos senhores Luís Carlos Carvalho e Evandro de Souza Machado (na qualidade de Diretores Financeiros da NOVACAP) e pelos senhores Celso Roberto Machado Pinto e Maurício Canovas Segura (atuando como Diretores-Presidentes da Companhia). Pensamos que a multa indicada no parágrafo anterior poderia ser aplicada a esses diretores, os quais emitiam as ordens bancárias e, conseqüentemente, autorizavam essas transações.*

84. *Todavia, tendo em conta que as pendências existentes nestes autos foram resolvidas e que a relevância e materialidade dessas impropriedades podem levar a irregularidades das contas desses gestores, nos exercícios de 2010 e 2011, deixaremos de propor a aplicação de penalidade nestes autos.*

21. *O procedimento utilizado, além de contrariar as normas orçamentário-financeiras, especialmente, o 61 do Decreto n.º 16098<sup>6</sup>, de 16/11/1994, obistou e dificultou sobremaneira a fiscalização das operações realizadas pela Companhia. Afora isso, no item II, alínea “m”, da Decisão n.º 6336/2007<sup>7</sup>, o Tribunal fez determinação expressa à Novacap de que não realizasse mais pagamentos por meio de ofícios encaminhados ao Banco de Brasília.*

22. *Prova disso, são os acontecimentos no âmbito do Processo n.º 25612/2010, em que deste a edição da Decisão n.º 2158, de 10/5/2012 (fl. 49), até esta data a Novacap não logrou êxito em comprovar a efetiva retenção dos pagamentos de faturas à GHF Comercial International Trandin Ltda., na forma indicada nesses autos, sendo necessária, inclusive, a realização de inspeção para averiguar os fatos.*

23. *Dessa forma, tem-se que as irregularidades levantadas pelo Corpo Instrutivo, parágrafos 67 a 84 da Informação n.º 106/2013 – SECONT/3ª Divisão de Contas<sup>8</sup>, além de caracterizar grave infração à norma legal, obstaculizam a fiscalização, bem como possibilitam movimentações financeiras à margem do sistema*

<sup>6</sup> Revogado pelo revogado pelo Decreto n.º 32598, de 15/12/2010.

<sup>7</sup> II. determinar à NOVACAP que adote as providências a seguir listadas, cuja efetivação será verificada em futuras PCA's: (...)

m) realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375.

<sup>8</sup> Informação constante do Processo n.º 25612/2010, que ainda não foi apreciada pelo Conselheiro Relator e tampouco pelo Plenário desta Corte.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

oficial SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental. Portanto, se revestem de materialidade suficiente para macular a gestão.

24. Assim, com substrato no art. 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, os dirigentes da Novacap indicados no parágrafo 2 desta instrução devem ser chamados em audiência para apresentarem suas razões de justificativa quanto à movimentação financeira por meio de cheque administrativo, durante o exercício de 2010, contrariando as disposições do art. 61 do Decreto n.º 16098, de 16/11/1994, e o item II, alínea “m”, da Decisão/TCDF n.º 6336/2007, ante a possibilidade o julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, e seu parágrafo primeiro da LC n.º 1/1994.

**VIII – CONTAS ANUAIS ANTERIORES PENDENTES DE JULGAMENTO**

25. Nos assentamentos desta Corte, verificamos que as PCAs do NOVACAP referentes aos exercícios anteriores, pendentes de julgamento definitivo, encontram-se na seguinte situação:

EXERCÍCIO	PROCESSO	OBSERVAÇÃO
1999	1380/2000	Decisão n.º 1598/2011 – sobrestou o julgamento até o deslinde do Processo n.º 625/2004.
2000	558/2001	Decisão n.º 6570/2012 – audiência dos responsáveis em face da possibilidade do julgamento irregular das contas.
2001	795/2002	Decisão n.º 204/2005, item II – julgamento sobrestado até o deslinde dos Processos n.ºs 1442/2003 e 1704/2003.
2002	721/2003	Decisão n.º 640/2006, item II – julgamento sobrestado até o deslinde dos Processos n.ºs 1191/1999, 625/2004, 889/2004, 2290/2000 e 23066/2005.
2003	1260/2004	Decisão n.º 6336/2007, item V – julgamento sobrestado até o deslinde dos Processos n.ºs 1191/1999, 625/2004, 1889/2004, 23066/2005 e 193/2002.
2004	18976/2005	Decisão n.º 1680/2012 – manteve o sobrestamento até o deslinde dos Processos n.ºs 23.066/2005 e 37.520/2007.
2005	13944/2006	Decisão n.º 5865/2010 – sobrestou o julgamento até o deslinde dos Processos n.ºs 625/2004 e 23.066/2005.
2006	23359/2007	Decisão n.º 2153/2012 – sobrestou o julgamento até o deslinde dos Processos n.ºs 625/2004, 23066/2005, 37916/2006, 4948/2007 e 23.480/2007.
2007	15946/2008	Cumprimento de diligência pela Novacap – Decisão n.º 1314/2013.
2008	35526/2009	Em análise.
2009	6297/2010	Em análise.

**IX – DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL PENDENTES DE ATENDIMENTO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



26. Da consulta realizada em 4/6/2013 no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual desta Casa, constatou-se que nas decisões listadas nos subitens seguintes constam determinações a serem verificadas no exame da PCA.

### **IX.1) Decisão n.º 204/2005**

27. Por meio dessa decisão, prolatada na prestação de contas do exercício de 2001 – Processo n.º 795/2002, o Tribunal fez várias determinações à Novacap, como segue:

III - em virtude das falhas observadas na Prestação de Contas, conforme Informação/3ª ICE/Divisão de Contas nº 48 (fls. 117/128), determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP que:

a) dê prioridade à cobrança das faturas vencidas, concernentes aos devedores que não façam parte da administração pública (empresas privadas e pessoas físicas), baixando como perdas aquelas cuja cobrança seja por demasiado onerosa e com improvável sucesso desde que devidamente justificadas nos autos próprios;

b) implemente as providências necessárias à regularização imobiliária da Empresa, tendo em vista que algumas edificações não possuem registros patrimonial e contábil;

c) adote medidas efetivas para a eliminação de impropriedades no cumprimento das legislações tributária e trabalhista, com intuito de evitar as penalidades sofridas pelas fiscalizações das respectivas áreas, o que vem causando diversos pagamentos de juros e multas, além de despesas com as apurações de responsabilidade;

d) envie esforços no sentido de solucionar as pendências registradas nos itens 1.1.4, 1.1.5, 1.1.7, 1.1.8, 1.3.1, 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 do Relatório de Auditoria nº 25/2002-SUAUD, decorrente da apreciação, por parte do Controle Interno, das Contas Anuais da Companhia, concernentes ao exercício de 2001;

e) observe:

1) o estipulado nos arts. 6º, 56, 57, 60, 107 e 108 da Lei nº 4.320/64, tendo em vista o apontado no item 8 do Relatório de Auditoria nº 25/2002-SUAUD;

2) o prazo estabelecido no art. 150, § 1º, do Regimento Interno do TCDF;

f) faça constar dos processos de prestação de contas anual:

1) o requerido nos arts. 147, inc. XI, c/c o 146, inc. VIII,



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*alínea "b" e 148 e § 1º, todos do Regimento Interno do Tribunal;*

*2) CPF, nome da mãe e data de nascimento dos responsáveis pelas contas, conforme estabelecido no item IV da Decisão nº 1503/97-TCDF;*

*3) demonstrativo de tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento, de que trata o artigo 14 da Resolução nº 102/98, contendo os requisitos discriminados naquele normativo;*

*4) a relação dos membros do Conselho Fiscal e de Administração do período a que se referir a PCA, tendo em vista suas responsabilidades na gestão da Empresa, estabelecida no seu Estatuto Social;*

*IV - alertar os dirigentes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP para o fato de que a não adoção das medidas determinadas, sem justificativas plausíveis, pode ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 01/94, bem como o julgamento pela irregularidade das contas subsequentes.*

*28. Apesar das determinações, nestas contas, verifica-se que a Novacap não cumpriu os itens III.b e III.f.4 da Decisão n.º 204/2005, uma vez que não relacionou todos os integrantes do Conselho de Administração (como relatado nos parágrafos 3/6 desta instrução), bem como não regularizou a situação dos imóveis, como discutido do item 12 do Papel de Trabalho – PT III (fls. 52/68).*

### **IX.2) Decisão n.º 640/2006**

*29. Na prestação de contas do exercício de 2002 – Processo n.º 721/2003, o Tribunal fez várias determinações à Novacap, como segue:*

*IV – determinar à NOVACAP que, em face de falhas verificadas por ocasião do exame da prestação de contas em apreço:*

*a) adote providências objetivando encontrar solução para o lançamento contábil de suas receitas com base no disposto nos arts. 6º e 9º da Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, visto que são improcedentes os esclarecimentos prestados a respeito dos questionamentos de que tratam os itens 2.1.2 e 2.1.3 do Relatório de Auditoria n.º 108/2003-Controladoria, haja vista que a receita deve ser contabilizada no momento da execução do serviço e não na época de emissão da fatura;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*b) anexe às futuras prestações de contas anuais os seguintes documentos e informações previstas no RI/TCDF:*

*1) situação dos dirigentes perante os cofres públicos (art. 147-I, c/c o art. 146-I);*

*2) demonstrativo das depreciações realizadas no período (art. 147-III);*

*3) relatório da diretoria (art. 147-IX), contendo informações acerca das atividades desenvolvidas pela companhia, durante o exercício;*

*c) suspenda o pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade aos empregados que estiverem em gozo de licença administrativa remunerada, por falta de amparo legal;*

*d) faça o provisionamento das ações movidas pela Fazenda Nacional e o INSS em desfavor da companhia;*

*V – autorizar: (...)*

*b) o acompanhamento, nas futuras prestações de contas anuais, das medidas adotadas pela NOVACAP quanto ao equacionamento:*

*1) da desmobilização do ativo referente a investimentos em empresas de telefonia, oriundos de aquisição de linhas telefônicas;*

*2) da falta de registros contábeis de valores a receber;*

*3) da divergência entre os valores de FGTS não-optantes informados pela CEF e os contabilizados pela companhia;*

*4) das edificações não-incorporadas ao patrimônio e nem registradas na contabilidade;*

*5) da contabilização de valores de tomadas de contas especiais em desacordo com a Decisão/TCDF nº 2338/99;*

*6) dos materiais de consumo estocados à longa data, sem utilização;*

*7) dos imóveis pendentes de regularização;*

*8) da construção e edificações realizadas pelo Celacap mediante autorização informal e sem projetos e alvará de construção.*

*30. Das determinações alvitadas, registre-se que a Novacap não juntou aos autos os documentos acerca da situação dos responsáveis perante os cofres públicos, como estabelecido no*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*subitem IV.b.1, e, ainda pendente de regularização a situação dos bens imóveis, objeto do item V.b.4, no que tange às demais impropriedades não se verificou a ocorrência de eventos dessa natureza nesta PCA.*

### **IX.3) Decisões n.ºs 6336/2007**

31. Na prestação de contas do exercício de 2003 – Processo n.º 1260/2004, o Tribunal fez várias determinações à Novacap, como segue:

*II. determinar à NOVACAP que adote as providências a seguir listadas, cuja efetivação será verificada em futuras PCA's:*

*a) observe os princípios contábeis da competência e da oportunidade, previstos nos arts. 6º e 9º da Resolução nº 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade, especialmente quanto ao registro de valores recebidos; de atualização monetária de direitos a receber; de baixas contábeis e rendimentos de aplicações financeiras;*

*b) faça notas explicativas às demonstrações sempre que houver fatos que as alterem, a exemplo do ajuste patrimonial no valor de R\$ 9.998.742,74, conforme apontado no Parecer do Conselho Fiscal nº 001/2004 (fls. 209/211 do Processo apenso);*

*c) adapte a taxa de depreciação para equipamentos de informática a 20%, em consonância com a Portaria nº 168/96 e a Instrução Normativa nº 162/98, ambas da Secretaria da Receita Federal;*

*d) realize controle efetivo dos bens móveis e a devida atualização dos termos de guarda, bem como mantenha todos com plaqueta de identificação, inclusive os de fabricação própria;*

*e) junte aos processos de dispensa de licitação três orçamentos de pesquisa de preços, conforme deliberado pela Corte nas Decisões nºs 3.390/94 (inciso III, alínea "g"), 9.613/95 (alínea "c") e 1.117/96 (inciso II, alínea "g");*

*f) observe as disposições do art. 23, parágrafo 5º, da Lei nº 8.666/93, evitando o fracionamento de licitações;*

*g) inclua nos processos de liquidação de despesas as certidões negativas de débito com o INSS, com o GDF e de regularidade com o FGTS, considerando sobretudo o inciso XIII do art. 55 da Lei nº 8.666/93;*

*h) faça constar nas atas de julgamento de licitação declaração de que os preços são compatíveis com os de*





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*mercado, em consonância com o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e com a Decisão nº 985/95 (incisos III, alínea "a");*

*i) observe as disposições do art. 32 da Lei nº 8.666/93, quanto à autenticação de documentos apresentados em cópia nos processos licitatórios;*

*j) anexe aos processos licitatórios declaração de inexistência de fato superveniente que impeça a habilitação, conforme art. 32, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93;*

*k) preencha todos os campos dos formulários de utilização de veículos e máquinas em geral, bem como dos diários de operação;*

*l) efetue pagamento de diárias antes da realização da viagem, nos termos do art. 5º do Decreto nº 21.564/00, art. 60 e 61 da Lei nº 4.320/64 e art. 42 do Decreto nº 16.098/94;*

*m) realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375;*

*n) atualize monetariamente os depósitos e cauções registrados na conta 2.1.1.4.1.00.00 quando recebidos em espécie.*

*III. determinar à NOVACAP que no prazo de 60 (sessenta) dias, encaminhe ao Tribunal a documentação comprobatória das providências adotadas para:*

*a) controle do uso de telefones, especialmente, de ligações para celular, chamadas a cobrar, chamada 0300 e telegramas fonados, bem como informe as formas de ressarcimento acerca da utilização indevida;*

*b) apuração de responsabilidade pelo pagamento de multas nas faturas telefônicas no exercício de 2003;*

*c) cumprimento das Decisões nºs 1.651/2002 (inciso III); 3.375/2002 (incisos II e III) e 563/2002 (inciso III);*

*d) cobrança do valor devido por ex-empregado (Processo nº 112.002.741/97);*

*e) regularização do arrendamento da área para a Fercal, atual Cimento Tocantis S.A.;*

*f) recebimento dos valores referentes à retenção do ISS relativa à prestação de serviços por parte das empresas Retífica Apolo Ltda., Retífica e Torneadora Mineira Ltda.,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*Hidráulica Alta Pressão e Cromo Duro Ltda. e Resenval Vaz da Costa (Processos n.ºs 112.004.485/03, 112.003.798/03, 112.003.795/03, 112.004.486/03, 112.000.850/03, 112.002.441/03 e 112.003.796/03), visto que a falta de recolhimento representa prejuízo ao erário;*

*g) o cumprimento do item IV da Decisão n.º 1.529/03, quanto à repetição do indébito, em face do pagamento a mais da multa aplicada em decorrência do Auto de Infração n.º 01130/97, de 30.6.97, do INSS;*

*IV. determinar à NOVACAP, com fulcro no art. 114, parágrafo 2º, c/c o art. 115 do RI/TCDF, que encaminhe ao Tribunal os relatórios da auditoria interna, concernentes aos trabalhos realizados no âmbito daquela companhia.*

*32. Quanto à regularização do arrendamento de área para a Fercal, conforme parágrafos 13 e 14 da Informação n.º 38/2011 – 3ª ICE/Divisão de contas, constante do Processo n.º 1260/2004, a questão estava sub judice. Isso motivou o item V.a da Decisão n.º 1643/2012, autorizando o acompanhamento do cumprimento do item III.e da deliberação transcrita nas PCAs seguintes. Essa determinação decorreu da ausência de ações saneadoras quanto à demanda com a Cimento Tocantins Ltda., referente ao arrendamento da área da Fercal<sup>9</sup>.*

*33. Em consulta ao sítio do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 14/6/2013, constatou-se que a matéria ainda pende de deliberação definitiva (fls. 42/46).*

*34. Quanto às demais determinações alvitradas, verificou-se que, além da alínea “m” do II, a alínea “l” foi descumprida, como discutido no Papel de Trabalho – PT III, item 19 (fls. 52/68).*

### **X – DO DEMONSTRATIVO DE TCE**

*35. O demonstrativo referente às tomadas de contas especiais encerradas, instauradas ou em andamento no exercício de 2010, com valor abaixo do fixado na Resolução n.º 181/2007, encontram-se acostados às fls. 180/184\*.*

*36. Os processos de TCE listados cuidam de ocorrências em exercícios diversos do desta PCA. Portanto, as questões em apuração não repercutem na regularidade destas contas.*

<sup>9</sup> Nos termos do Relatório de Auditoria Interna n.º 001/2004, constante da PCA/2003 – Processo n.º 112.000.464/2004, objeto do Processo n.º 12960/2004: “Esta área foi arrendada à FERCAL Ltda. (atual Cimento Tocantins S/A, em 09/02/1961, com prazo de vigência de 30 (trinta) anos, iniciando-se no dia 01/01/61). Assim sendo, este contrato de arrendamento encontra-se vencido desde 01/02/91.

. Como não houve reavaliação desta área de 87.120.000 m<sup>2</sup> (Oitenta e sete milhões, cento e vinte mil metros quadrados), a mesma encontra-se registrada na contabilidade com valor de R\$ 1.553,15 (Hum mil quinhentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

. Solicitamos informações da ASJUR sobre a situação atual da Fercal através do memorando n.º 019/2004:

. O processo se encontra para conclusão com o Ministro Relator, entrada no Gabinete em 10.11.2003”.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

### XI – CONCLUSÕES e SUGESTÕES

37. Como decorrido, as questões listadas nos subitens 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 2.1.7.3.1, 2.2.1, 2.2.4, 2.2.1.3, 2.2.2.1, 2.2.3, 3.1, 3.2, 4.4, 4.5 e itens II, 5 e 8 do Relatório de Auditoria n.º 4/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*) não devem macular a regularidade destas contas. Não obstante, tem-se como apropriadas as recomendações feitas pelo Controle Interno, no que tange aos subitens 2.1.3, 2.1.4, 2.1.7.3.1 e 3.2.

38. Os fatos tratados nos subitens 2.1.7.1, 2.1.7.2, 2.2.2.2, 3.3, 4.1, 4.2, 4.3, 4.6 e 4.7 do Relatório de Auditoria n.º 4/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC (fls. 351/372\*), no momento oportuno, ensejam a aposição de ressalvas nestas contas, visto que não se revestem de materialidade suficiente para macular a gestão de irregularidade.

39. Conquanto, com substrato no art. 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, os dirigentes da Novacap indicados no parágrafo 2 desta instrução devem ser chamados em audiência para apresentarem suas razões de justificativa quanto à movimentação financeira por meio de cheque administrativo, durante o exercício de 2010, contrariando as disposições do art. 61 do Decreto n.º 16098, de 16/11/1994, e o item II, alínea “m”, da Decisão/TCDF n.º 6336/2007, ante a possibilidade o julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, e seu parágrafo primeiro da LC n.º 1/1994.”

6. Concluindo, a Instrução sugere que o Tribunal:

I) tome conhecimento da prestação de contas anual da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, relativa ao exercício financeiro de 2010 – consubstanciada no Processo n.º 112.000.713/2011;

II) com fulcro no art. 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, chame em audiência os nomeados no parágrafo 2º desta instrução para apresentarem razões de justificativa quanto à movimentação financeira por meio de Cheque Administrativo, contrariando o art. 61 do Decreto n.º 16098, de 16/11/1994, e o item II, alínea “m”, da Decisão/TCDF n.º 6336/2007, ante a possibilidade o julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, e seu parágrafo primeiro da LC n.º 1/1994;

III) alerte os dirigentes da Novacap que a não adoção de medidas determinadas pelo Tribunal, sem justificativas plausíveis, poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



*IV) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências necessárias e arquivamento.”*

7. Em cota complementar, o Sr. Secretário da Secretaria de Contas teceu as seguintes considerações:

*“2. Cabe ressaltar que, consoante apontado pela instrução (fl. 76 - § 19), atuação em nível operacional da Companhia cabe tão-somente aos gestores que compõem a Diretoria da NOVACAP. Em sendo assim, a audiência que está sendo proposta deve ser direcionada apenas a esses dirigentes.*

*3. Por conseguinte, propomos a seguinte redação para a proposição contida no **item II das sugestões** da instrução:*

*II) com fulcro no art. 13, inciso III, da Lei Complementar n.º 1, de 9/5/1994, chame em audiência os **membros da Diretoria da Novacap** nomeados no parágrafo 2º, **letra “a”** da Informação n.º 143/2013-SECONT/3ªDICONTE, para apresentarem razões de justificativa quanto à movimentação financeira por meio de Cheque Administrativo, contrariando o art. 61 do Decreto n.º 16098, de 16/11/1994, e o item II, alínea “m”, da Decisão/TCDF n.º 6336/2007, ante a possibilidade o julgamento irregular de suas contas, nos termos do art. 17, inciso III, alínea “b”, e seu parágrafo primeiro da LC n.º 1/1994;*

*4. Por fim, consoante se verifica dos termos do Ofício n.º 1660/2013-SEOCAD/PRES, fl. 88, estão em curso providências visando pronunciamento da Assembleia Geral dos Acionistas da Novacap (art. 147-XII do RI/TCDF). Não obstante a ausência dessa manifestação, o que não representou obstáculo para a análise inicial destas contas, pensamos também não haver óbice a que se proceda à audiência dos responsáveis.”*

### MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

8. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer n.º 20/14 (fls. 92/96), da lavra da Procuradora CLÁUDIA FERNANDA DE OLIVEIRA PEREIRA, endossa as conclusões da Unidade Instrutiva, com acréscimos. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

*“16 Conforme noticiado no Relatório de Auditoria n.º 04/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC, no subitem 2.1.1 – DIREITOS*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



*PENDENTES DE RECEBIMENTO HÁ LONGA DATA, a Companhia tem Direitos a Receber no montante de R\$ 4.604.783,60, referente à taxa de administração de serviços prestados aos órgãos e entidades do complexo administrativo do DF. Segundo o Controle Interno, a NOVACAP não demonstrou providência acerca do assunto.*

*17. Nesse sentido, considerando a materialidade envolvida, os Administradores da NOVACAP devem ser chamados em audiência para esclarecerem a falta de adoção de providências visando ao recebimento de tais valores.*

*18. Do mesmo Relatório, a falha contida no subitem 2.2.4 – AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DE JUROS E MULTAS JUNTO AO INSS – deve ser objeto de audiência. Os pagamentos foram realizados sem que o órgão verificasse quem deu causa ao prejuízo em foco.*

*19. O subitem 3.3 – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS E PASSAGENS – também deve ser objeto de audiência. Foram pagas diárias nacionais e internacionais em data posterior ao período da viagem. Além disso, nos processos analisados, não há documentação que comprove que os beneficiários tenham participado dos eventos que originaram tais pagamentos.*

*20. A falha contida no subitem 4.1 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – merece a oitiva dos dirigentes da Companhia, tendo em vista que foi realizado pagamento de prestação de serviços (Processo nº 112.008.092/2008), em 19/01/2010, sem que a despesa tenha sido contabilizada, na forma do art. 36 da Lei 4.320/64<sup>4</sup>.*

*21. O subitem 4.3 – AUSÊNCIA DE PRÉVIA ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA COM RELAÇÃO AOS EDITAIS DE LICITAÇÃO – deve ser considerado falha grave, pois, contraria o art. 38, § único, da Lei 8.666/93 e determinação contida na Decisão 10.491/96<sup>5</sup>, merecendo, portanto, a audiência devida.*

*22. Também se constitui em falha grave a irregularidade descrita no subitem 4.4 – ELABORAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO POR SERVIDOR NÃO LEGALMENTE COMPETENTE, já que nos Processos 112.000.146/2010 e 040.003.865/2006 os editais de licitação foram assinados pelo Chefe da Assessoria de Cadastro e Licitação da NOVACAP. Segundo o Controle Interno, no Regimento Interno da NOVACAP, arts. 10 e 118, não há previsão para edição de atos administrativos que importem possibilidade de assinatura de editais de licitação, no âmbito dessa chefia. Não consta dos autos manifestação da NOVACAP sobre a questão. O*

<sup>4</sup> Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

<sup>5</sup> a) registre no processo licitatório a realização de exame prévio da minuta do edital e do contrato pela assessoria jurídica, à vista do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*Controle Interno recomendou a instauração de sindicância para apurar a responsabilidade pela ilegalidade dos atos praticados sem a observância dos elementos formadores.*

23. Além das falhas acima, a movimentação financeira fora do SIGGO, via cheque administrativo, demonstra grave infração à norma legal, de forma a macular a gestão em exame, merecendo, pois, a audiência respectiva. Importa ressaltar que o assunto já foi objeto de determinação pelo TCDF, mediante a Decisão nº 6336/07<sup>6</sup> que vedou o pagamento direto de despesas, por meio de ofícios encaminhados ao BRB. Portanto, tal vedação era de conhecimento dos Administradores da Novacap, entretanto, não foram adotadas providências que evitassem a repetição da irregularidade em destaque.

24. Quanto ao ciclo de responsabilização pelas irregularidades apontadas no exercício em exame, o art. 15 do Estatuto Social<sup>7</sup> da Novacap dispõe que a Companhia é administrada pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria. E de acordo com o art. 17 do referido Estatuto<sup>8</sup>, cabe ao Conselho de Administração a orientação e controle das atividades, de modo que os atos praticados observem as regulamentações, leis e decisões do TCDF. Além disso, é competência do referido Conselho fiscalizar os atos expedidos pela Diretoria e apreciar as contas respectivas, devendo, portanto, atentar-se para as irregularidades ocorridas na gestão.

25. Importa comentar que, diante de irregularidades constatadas na gestão de companhias, a citação de membros do Conselho de Administração tem precedentes, conforme Decisões 4609/2003<sup>9</sup> e 1296/2008<sup>10</sup>, dentre outras expedidas pelo TCDF, em geral, por falhas na orientação, no controlar e na fiscalização dos atos de gestão praticados na empresa, bem como aprovar de prestação de contas com irregularidades.

26. Diante do exposto, esta representante do Parquet especializado pugna pela audiência dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Novacap, para apresentarem razões de justificativa para as falhas graves acima descritas, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares, na forma do art. 17, III, "b", da LC 01/94."

<sup>6</sup> II. determinar à NOVACAP que ... m) realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375;

<sup>7</sup> Art. 15 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria

<sup>8</sup> I – orientar e controlar, mediante diretrizes e normas, as atividades da NOVACAP e promover os meios necessários a realização de seus objetivos; II – apreciar contas, relatórios e balanços da Companhia; IV – fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e requisitar para exame, livros, processos, contratos e outros papéis;

<sup>9</sup> autorizar audiência dos membros da Diretoria Colegiada que aprovaram a Decisão nº 924, bem como os integrantes do Conselho de Administração que ratificaram seus termos, com vistas à aplicação da multa estabelecida no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94

<sup>10</sup> b) da Diretoria Colegiada da CODEPLAN e de seu Conselho de Administração, por terem aprovado a presente prestação de contas eivada de irregularidades



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

É o Relatório.

**DIGITALIZADO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



### VOTO

9. Nesta fase examinam-se as contas anuais dos administradores e demais responsáveis da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referente ao exercício financeiro de 2010.

10. Após analisar as presentes contas, o Corpo Técnico sugere a oitiva dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração para apresentarem razões de justificativa em virtude de falhas verificadas em movimentações financeiras mediante cheque administrativo, à margem do sistema SIGGO. Tal falha, constatada no bojo do Processo nº 25.612/10<sup>1</sup>, além de caracterizar grave infração à norma legal, dificultou a fiscalização.

11. O Sr. Secretário de Contas, em nota complementar, divergiu da Unidade Técnica somente quanto ao rol de responsáveis. No seu entender, somente os diretores da NOVACAP é que deveriam ser chamados aos autos, pois cabe a eles a atuação em nível operacional da Companhia.

12. O Ministério Público aquiesce à sugestão do Corpo Técnico de se chamar em audiência tanto os membros Diretoria quanto o Conselho de Administração, contudo, entende que merecem maiores esclarecimentos outras impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria. Do Parecer nº 20/14-CF destaco as seguintes considerações:

*“16 Conforme noticiado no Relatório de Auditoria nº 04/2012 – DIROH/CONIE/CONT/STC, no subitem 2.1.1 – DIREITOS PENDENTES DE RECEBIMENTO HÁ LONGA DATA, a Companhia tem Direitos a Receber no montante de R\$ 4.604.783,60, referente à taxa de administração de serviços prestados aos órgãos e entidades do complexo administrativo do DF. Segundo o Controle Interno, a NOVACAP não demonstrou providência acerca do assunto.*

*17. Nesse sentido, considerando a materialidade envolvida, os Administradores da NOVACAP devem ser chamados em audiência para esclarecerem a falta de adoção de providências visando ao recebimento de tais valores.*

*18. Do mesmo Relatório, a falha contida no subitem 2.2.4 – AUSÊNCIA DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO*

<sup>1</sup> O Processo nº 25.612/10 cuida de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a ocorrência de possíveis irregularidades no Edital de Concorrência nº 43/07-ASCAL/PRES. No bojo daqueles autos, a Corte determinou, por meio da Decisão nº 1.219/14-CPM, que a NOVACAP se abstinhasse de “realizar movimentação financeira por meio de cheques administrativos, por contrariar as normas legais de execução financeira e orçamentária e alvo de recomendação anterior deste Tribunal (Decisão nº 6.336/07)”. A mesma deliberação Plenária autorizou o arquivamento dos autos.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*PAGAMENTO DE JUROS E MULTAS JUNTO AO INSS – deve ser objeto de audiência. Os pagamentos foram realizados sem que o órgão verificasse quem deu causa ao prejuízo em foco.*

*19. O subitem 3.3 – IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO DE DIÁRIAS E PASSAGENS – também deve ser objeto de audiência. Foram pagas diárias nacionais e internacionais em data posterior ao período da viagem. Além disso, nos processos analisados, não há documentação que comprove que os beneficiários tenham participado dos eventos que originaram tais pagamentos.*

*20. A falha contida no subitem 4.1 – RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS – merece a oitiva dos dirigentes da Companhia, tendo em vista que foi realizado pagamento de prestação de serviços (Processo nº 112.008.092/2008), em 19/01/2010, sem que a despesa tenha sido contabilizada, na forma do art. 36 da Lei 4.320/64<sup>4</sup>.*

*21. O subitem 4.3 – AUSÊNCIA DE PRÉVIA ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA COM RELAÇÃO AOS EDITAIS DE LICITAÇÃO – deve ser considerado falha grave, pois, contraria o art. 38, § único, da Lei 8.666/93 e determinação contida na Decisão 10.491/96<sup>5</sup>, merecendo, portanto, a audiência devida.*

*22. Também se constitui em falha grave a irregularidade descrita no subitem 4.4 – ELABORAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO POR SERVIDOR NÃO LEGALMENTE COMPETENTE, já que nos Processos 112.000.146/2010 e 040.003.865/2006 os editais de licitação foram assinados pelo Chefe da Assessoria de Cadastro e Licitação da NOVACAP. Segundo o Controle Interno, no Regimento Interno da NOVACAP, arts. 10 e 118, não há previsão para edição de atos administrativos que importem possibilidade de assinatura de editais de licitação, no âmbito dessa chefia. Não consta dos autos manifestação da NOVACAP sobre a questão. O Controle Interno recomendou a instauração de sindicância para apurar a responsabilidade pela ilegalidade dos atos praticados sem a observância dos elementos formadores.*

*23. Além das falhas acima, a movimentação financeira fora do SIGGO, via cheque administrativo, demonstra grave infração à norma legal, de forma a macular a gestão em exame, merecendo, pois, a audiência respectiva. Importa ressaltar que o assunto já foi objeto de determinação pelo TCDF, mediante a Decisão nº 6336/07<sup>6</sup> que vedou o pagamento direto de despesas, por meio de ofícios encaminhados ao BRB. Portanto, tal vedação era de*

<sup>4</sup> Art. 36. Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.

<sup>5</sup> a) registre no processo licitatório a realização de exame prévio da minuta do edital e do contrato pela assessoria jurídica, à vista do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei no 8.666/93

<sup>6</sup> II. determinar à NOVACAP que ... m) realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

*conhecimento dos Administradores da Novacap, entretanto, não foram adotadas providências que evitassem a repetição da irregularidade em destaque.*

*24. Quanto ao ciclo de responsabilização pelas irregularidades apontadas no exercício em exame, o art. 15 do Estatuto Social<sup>7</sup> da Novacap dispõe que a Companhia é administrada pelos membros do Conselho de Administração e pela Diretoria. E de acordo com o art. 17 do referido Estatuto<sup>8</sup>, cabe ao Conselho de Administração a orientação e controle das atividades, de modo que os atos praticados observem as regulamentações, leis e decisões do TCDF. Além disso, é competência do referido Conselho fiscalizar os atos expedidos pela Diretoria e apreciar as contas respectivas, devendo, portanto, atentar-se para as irregularidades ocorridas na gestão.*

*25. Importa comentar que, diante de irregularidades constatadas na gestão de companhias, a citação de membros do Conselho de Administração tem precedentes, conforme Decisões 4609/2003<sup>9</sup> e 1296/2008<sup>10</sup>, dentre outras expedidas pelo TCDF, em geral, por falhas na orientação, no controlar e na fiscalização dos atos de gestão praticados na empresa, bem como aprovar de prestação de contas com irregularidades.*

*26. Diante do exposto, esta representante do Parquet especializado pugna pela audiência dos membros da Diretoria e do Conselho de Administração da Novacap, para apresentarem razões de justificativa para as falhas graves acima descritas, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares, na forma do art. 17, III, "b", da LC 01/94."*

13. Estou de acordo, na íntegra, com as ponderações tecidas pelo douto **Parquet**, as quais adoto como razões de decidir.

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento da Prestação de Contas Anual da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP, referente ao exercício de 2010;

<sup>7</sup> Art. 15 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria

<sup>8</sup> I – orientar e controlar, mediante diretrizes e normas, as atividades da NOVACAP e promover os meios necessários a realização de seus objetivos; II – apreciar contas, relatórios e balanços da Companhia; IV – fiscalizar a gestão dos Diretores da Companhia e requisitar para exame, livros, processos, contratos e outros papéis;

<sup>9</sup> autorizar audiência dos membros da Diretoria Colegiada que aprovaram a Decisão nº 924, bem como os integrantes do Conselho de Administração que ratificaram seus termos, com vistas à aplicação da multa estabelecida no art. 57, inciso II, da LC nº 01/94

<sup>10</sup> b) da Diretoria Colegiada da CODEPLAN e de seu Conselho de Administração, por terem aprovado a presente prestação de contas eivada de irregularidades





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2



II. autorize, com fulcro no art. 13, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94, a audiência dos responsáveis nominados no parágrafo 2ª da Informação nº 143/13 (fls. 72/73) para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa em face das seguintes falhas, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares:

a) irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 4/12-DIROH/CONIE/CONT/STC:

- 1) subitem 2.1.1 – direitos pendentes de recebimento a longa data;
- 2) subitem 2.2.4 – ausência de apuração de responsabilidade pelo pagamento de juros e multas junto ao INSS;
- 3) subitem 3.3 – irregularidades no pagamento de diárias e passagens;
- 4) subitem 4.1 – restos a pagar não processados
- 5) subitem 4.3 – ausência de prévia análise da assessoria jurídica com relação aos editais e minutas de contratos;
- 6) subitem 4.4 – elaboração de edital de licitação por servidor não legalmente competente para o ato;

b) irregularidade verificada no Processo nº 25.612/10 - movimentação financeira por meio de Cheque Administrativo, contrariando o art. 61 do Decreto nº 16.098/94<sup>2</sup> e o inciso II, alínea “m”, da Decisão nº 6.336/07<sup>3</sup>,

<sup>2</sup> Art. 61. O saque para pagamento centralizado ou descentralizado da despesa será efetuado, exclusivamente, por meio da Ordem Bancária - OB, emitida por processamento eletrônico.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a Ordem Bancária OB, poderá ser emitida manualmente, condicionada à autorização prévia do Secretário de Fazenda e Planejamento.

<sup>3</sup> DECISÃO Nº 6.336/07-CSPM: “[...]m) realize pagamentos de despesas somente mediante empenho prévio e emissão de ordem bancária, haja vista o pagamento por meio de ofício encaminhado ao Banco de Brasília, conforme análise constante do papel de trabalho de fls. 297/298 e 372/375; n) atualize monetariamente os depósitos e caucões registrados na conta 2.1.1.4.1.00.00 quando recebidos em espécie; [...]”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5/S.2

Fls.:

Proc.: 16.766/11

Rubrica

III. alerte os dirigentes da NOVACAP que a não adoção de medidas determinadas pelo Tribunal, sem justificativas plausíveis, poderá ensejar a aplicação da sanção prevista no art. 57, incisos IV e VII, da Lei Complementar nº 1/94;

IV. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências necessárias.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2015.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II).

DIGITALIZADO